



# XI Simposio Internacional Proceso Civilizador

“Civilización, Cultura e Instituciones”

Buenos Aires - Argentina

## A CAPOEIRA E O ESPORTE: anotações a partir da sociologia figuracional de Norbert Elias

LUCENA, Ricardo de F. – DFE/UFPB – ricoluce@hotmail.com

*E os cabeças de gato aproximavam-se cantando, a dançar rastejando, alguns de costas para o chão, firmados nos pulsos e nos calcanhares.*

*Dez Carapicus saíram em frente; dez Cabeças de gato se alinharam defronte deles.*

*E a batalha principiou, não mais desordenada e cega, porém com método, sob o comando de Porfiro que, sempre a cantar e assobiar, saltava em todas as direções, sem nunca ser alcançado por ninguém.*

*Desferiram-se navalhas contra navalhas, jogaram-se as cabeçadas e os voa-pés. Par a par, todos os capoeiras tinham pela frente um adversário de igual destreza, que respondia a cada investida com um salto de gato ou uma queda repentina que anulava o golpe. De parte a parte, esperavam que o cansaço desequilibrasse as forças, abrindo furo à vitória; mas um fato veio neutralizar inda uma vez a campanha: imenso rebentão de fogo esgargalhava-se de uma das casas do fundo, o número 88. E agora o incêndio era a valer ( Azevedo, 1980, p.224-225).*

Iniciamos este trabalho, optando por narrar uma passagem do livro *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, publicado no Século XIX e que, como todo romance realista, buscava retratar fatos e situações da sociedade. A imagem que o autor descreve traduz, de certa forma, o cotidiano dos grupos excluídos de então, e a capoeira, ou os capoeiras, tinham um papel bastante peculiar nesse contexto. Citamos essa passagem apenas para marcar uma visão sobre os capoeiras, que percorriam o universo social brasileiro no Século XIX. Não era à toa que, durante um bom período, essa prática esteve associada à vida de criminosos e, sendo clandestina, era passível de punição, com prisão prevista no Código Penal de 1890. O Decreto nº 487, de 11 de outubro de 1890, em seu capítulo XIII, cujo título era bem sugestivo - “Dos vadios e capoeiras” – estabelecia, entre outras coisas, que:

*Art. 402 – Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem, andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor ou algum mal”:*

*Pena: De prisão celular de dois a seis meses.*

*Parágrafo Único – É considerado circunstância agravante pertencer o capoeira a algum bando ou malta. Aos chefes ou cabeças se imporá a pena em dobro (Código Penal Brasileiro, 1890, citado por Marinho, 1982. p 29).*

Mas, como e por que uma atividade, tida como coisa de vagabundo e de marginal, no decurso de um século, passa a ser praticada por membros dos mais variados segmentos sociais e amparada pelo Estado que, outrora, buscava extingui-la? É com base nessas questões que vamos tentar chegar à discussão sobre a esportivização da capoeira, considerando, por certo, que isso não acontece de forma isolada e que faz

parte de um processo que envolve vários outros elementos que marcam mudanças sócio-políticas na vida brasileira. No caso particular da esportivização da capoeira, vamos citar apenas algumas passagens que nos permitiram enxergar que esse processo não é tão novo assim e, no final, deter-nos-emos um pouco mais na análise do regulamento internacional de capoeira, aprovado em 06 de junho de 1999.

Nosso objetivo é entender como a figuração formada pelos negros recém-libertados e por uma forma de expressão bastante peculiar conhecida como capoeira pode nos dar pistas para perceber que, num processo de interdependência crescente, a inserção, maior ou menor, de grupos sociais menos favorecidos, na sociedade brasileira, ao longo do Século XX, teve, na capoeira, um sentido muito semelhante ao processo de regulamentação social mais amplo. Antes, porém, vamos tecer algumas considerações sobre a idéia de figuração proposta por Elias, como um elemento possível de análise do objeto proposto.

## **SOBRE AS FIGURAÇÕES**

Pensar a capoeira como objeto isolado pouco ou nada vai sobrar além do que tanto se tem escrito sobre essa luta, ou jogo, ou dança, que surgiu como “luta dos negros pela liberdade” ou “coisa de vadio e desocupado” e que, sob vários matizes, mantém-se, no discurso e na prática, associada à questão da identidade de um grupo. Mas, considerando a capoeira num certo decurso de tempo, são poucos os estudos que buscam associar suas transformações às transformações do grupo humano que lhe deu origem. Falcão (2006), em artigo denominado “O jogo da capoeira em jogo”, busca contextualizar esse “novo tempo” da capoeira e fundamenta sua análise no que ele chama de “processo de internacionalização”. Para ele, “trata-se da inserção da capoeira no processo de reestruturação do capitalismo e mundialização do capital.” (p. 61) Para nós, mais um aspecto do processo de regulamentação da prática da capoeira, que marca uma forma de conduta muito característica das sociedades contemporâneas. O próprio autor, embora se mantendo preso à análise da tensão entre capital x trabalho, em um dos tópicos de suas considerações finais, observa:

*1 – A capoeira consolidou-se como manifestação interétnica, e o seu processo de internacionalização, verificado a partir da década de 1970, vem contribuindo para uma ressignificação dos seus sentidos/significados. (p. 72)*

Nesse sentido, o conceito de figuração construído por Norbert Elias, em alguns de seus trabalhos, será aqui de muita valia para nós. Dito de maneira direta, a figuração é um padrão mutável, criado pelo conjunto de indivíduos – não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo, na totalidade de suas ações, nas relações que sustentam uns com os outros. Portanto, figuração e interdependência são aspectos de um mesmo processo e, no nosso caso, de um mesmo caminho de análise.

Elias usa o conceito de figuração, numa tentativa de superação do conceito de “estrutura”. Para ele,

*aquilo a que chamamos de estrutura não é, de fato, senão o padrão ou a configuração de pessoas individuais interdependentes que constituem o grupo ou, num sentido mais vasto, a sociedade. Aquilo que designamos pelo termo de “estruturas” quando consideramos as pessoas enquanto sociedade não são mais do que “figurações” quando as encaramos como indivíduos. ( A busca da excitação, p.230)*

Nesse sentido, o propósito de pensar a capoeira como uma figuração é tratá-la como pertencente à teia de relações de indivíduos interdependentes, que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras. Portanto, as figurações são

*ações de uma pluralidade de pessoas interdependentes que se inter-relacionam de maneira a formar uma estrutura entrelaçada de numerosas propriedades*

*emergentes, tais como relações de força, eixos de tensão, sistemas de classes e de estratificação, desportos, guerras e crises econômicas. (A busca da excitação, pp. 25 e 26)*

Essa é, pois, a razão por que a capoeira, como “coisa de negro ou pobre” e, no seu processo de esportivização, pode nos dar algumas pistas para uma explicação mais abrangente sobre a interdependência de grupos sociais diversos.

## **CAPOEIRA: DE COISA DE NEGROS AOS CUIDADOS DE BRANCOS**

Se, no final do Século XIX, o praticante de capoeira era passível de punição pelo Código Penal, no decurso de algumas décadas, a situação mudou quase que radicalmente. Ainda no início do Século XX, ela começava a ser vista com outros olhos por um segmento de letrados que buscavam, no lastro do discurso de construção da nação, elaborar e valorizar práticas que apontavam para esse caminho. A capoeira foi logo vista como uma ação que caía muito bem, nesse sentido que se buscava, e poderia ser resgatada como uma *luta nacional* ou uma gymnastica brasileira que mereceria ver apagado seu passado de violência e de crimes. Portanto, assim como o Japão tinha o Jiu-Jítsu, a Inglaterra, o boxe, a França, o savate etc., nós teríamos a capoeira.

Temos que considerar, no entanto, que a esportivização da capoeira é um processo que já dura algumas décadas. Com toda ação social, ela faz parte de uma trama reticular que se organiza tanto a partir dela quanto em direção a ela e, desde as primeiras décadas do Século XX, já se começa a sentir a mudança de sentido pretendida para essa prática.

Se, no Século XIX, a ação dos partidos de capoeiras era motivo de classificá-los como vadios ou criminosos, parte dessa herança já estava associada ao próprio nome. Pereira da Costa, citado por Lyra Filho (1973), define-a assim:

*Capoeira, luta ou espécie de exercício ou jogo atlético, praticado por indivíduos de baixa esfera, vadios, desordeiros, e no qual os lutadores esgrimem cacetes e facas e, servindo-se, ainda, em passos próprios, que obedecem a umas certas regras e preceitos dos pés e da cabeça, valentes, ágeis e ligeiros, vencem os adversários. (p. 307)*

Na cidade de Recife, por exemplo, esse conceito atribuído à capoeira tinha certa razão de ser. Numa passagem de um trabalho de João Lyra Filho (1973), em que trata da capoeira em Recife, ele expressa o seguinte:

*Os partidos de capoeira eram O Quarto e O Espanha. A origem dos partidos esteve na rivalidade entre duas bandas de música, existentes no ano de 1856 – a do 4º Batalhão de Artilharia e a de um Corpo da Guarda Nacional, mestrado por um espanhol chamado Pedro Garrido. Os partidários de O Quarto cantavam: “Viva o Quarto, morra Espanha, cabeça seca é quem apanha.” O apelido constituía injúria para os rivais, seria o mesmo que os chamar de escravos (p.309).*

Devido a isso, durante um longo período do Século XIX, a capoeira esteve mais associada ao crime do que à idéia de ginástica ou esporte. Certo mestre, citado por Miécio Tati, assevera que “a capoeiragem, se pudesse se desprover das intenções criminosas das maltas que a praticavam, talvez chegasse a merecer o rótulo de esporte, com patente do lugar. Não passava, infelizmente, de um exercício físico altamente proveitoso para os músculos – mas que tinha no punhal seu trágico complemento” (Lyra Filho, 1973. p. 310). Mas, já no início do Século XX, começamos a perceber um sentido de mudança. No Rio de Janeiro, no ano de 1907, surge um livreto apócrifo denominado “Guia do Capoeira ou Gymnástica Nacional”, que trazia a seguinte introdução:

*Atualmente, o capoeira é representado pelo desgraçado vagabundo, trouxa, cachaça, gatuno, faquista ou navalhista, conhecido por alcunha que lhe garante a maior facilidade de entrada nos xadrezes policiais! Assim é que o maior insulto para inutilizar um jovem é chamá-lo capoeira. Foi, sem dúvida, nosso empenho levantar a *Gymnastica Brasileira do abatimento em que jaz, nivelando-a como singularidade pátria, ao soco inglês, à savate francesa, à luta alemã, às corridas e jogos tão decantados em outros países. Nossa briosa mocidade hoje desconhece, pela maior parte, os trabalhos da arte antiga, e por isso nós resolvemos publicar o presente guia.**

Observem que o texto mostra a situação do praticante da capoeira, mas tenta redefini-la como uma ginástica brasileira, ao lado do já famoso soco inglês (ou boxe), o savate e as corridas e os esportes tão conhecidos em outros países e também no Brasil.

Daí por diante, inúmeros trabalhos foram surgindo e, em 1928, também no Rio de Janeiro, surge a primeira codificação desportiva da capoeira, com o título de *Gymnastica Nacional (capoeiragem) Methodizada e Regrada*, escrita pelo mestre Zuma (Annibal Burlamaqui). O texto apresenta uma área de competição, uma roda de 8 metros de diâmetro, critérios de arbitragem, relação de golpes e um processo pedagógico de movimentos.

Assim, quanto mais adentramos o Século XX, mais vemos a preocupação do governo, de educadores, de mestres de capoeira e de intelectuais em ressignificar essa prática, afastando-a, principalmente, da extrema violência representada pelo uso da navalha ou do cacete.

Na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas, a capoeira passou a fazer parte da Confederação Brasileira de Pugilismo. Mestre Bimba, em 1932, abria a primeira academia de capoeira. Em 1945, Inezil Penna Marinho publicava a obra “Subsídios para o estudo da metodologia do treinamento da capoeiragem”, premiada em 1º. lugar, no Concurso Nacional de Monografias do Ministério da Educação e Saúde. João Lyra Filho vai tratar a capoeira como uma luta, sujeita a regras invioláveis, que poderá ser culturalmente reconhecida como um desporto. Então, já no início da década de 1980, novamente Inezil P. Marinho propõe o projeto de *Ginástica Brasileira*, cuja base seria a capoeira, e apresenta a obra da seguinte forma: “*A ginástica brasileira precisa ser institucionalizada, trazendo na sua essência um conteúdo místico, e a capoeira, como algo genuinamente nosso, arraigada a nossa cultura, há de constituir o cerne do trabalho que o autor pretende desenvolver (...) ( Marinho, 1982. p. 15). E, mais adiante, conclui que “A ‘Ginástica Brasileira’, idealizada pelo autor, absorve a capoeira (grifo nosso) em toda a sua amplitude e encontra na música afro-brasileira a espontaneidade do seu ritmo, que nasce de dentro para fora, marcando a cadência de cada movimento” (1982, p.22).*

Esse processo de institucionalização avança sobremaneira. Se Marinho não viu se consolidar a capoeira como uma ginástica brasileira, a exemplo da ginástica sueca ou da francesa, certamente deu uma importante contribuição para os caminhos da sua institucionalização enquanto desporto. Assim, em 1990, é criada a Associação Brasileira de Professores de Capoeira; em outubro de 1992, é fundada a Confederação Brasileira de Capoeira (CBC), desvinculando a capoeira da Confederação Brasileira de Pugilismo, dando um caráter de independência a essa prática, que passa a ser gerida por uma confederação própria. Em junho de 1999, em São Paulo, é realizado o I Congresso Técnico Internacional de Capoeira, onde é aprovado o Regulamento Internacional de Capoeira, sacramentando um processo iniciado várias décadas antes, e a respeito do qual serão feitas algumas observações.

## **REGULAMENTO INTERNACIONAL DE CAPOEIRA: breves considerações**

O objetivo, aqui, não é discutir as questões jurídicas presentes nesse regulamento, mas, apenas, apontar algumas que marcam a feição dessa prática, que parece interferir, cada vez mais, em sua realização.

Já nas disposições preliminares, o Art. 2º desse regulamento reza que:

*A capoeira passa a ser reconhecida internacionalmente como um Desporto de Criação Nacional, criado no Brasil, e, como tal, pertence ao patrimônio cultural do povo brasileiro, legado histórico de sua formação e colonização, fruto do encontro das culturas indígenas, portuguesa e principalmente dos povos africanos, devendo ser protegida e incentivada na forma da Constituição Federal do Brasil.”*

No parágrafo 3º desse mesmo Artigo, ela passa a ser reconhecida internacionalmente como: Desporto Cultural; Desporto de Identidade e Desporto Tradicional. Reparem que o termo desporto, agora, antecede a qualquer outra denominação, buscando justificá-la, dessa forma, como uma atividade, a priori, desportiva.

Certamente, como prevê o Art. 5º, o regulamento passa a ser obrigatório para todos os eventos competitivos da modalidade, ficando sob os auspícios da CBC e da Federação Internacional de Capoeira, a FICA. Trata também do uniforme oficial, do sistema de competições, dentre outras questões.

Interessa-nos, aqui, atermo-nos um pouco ao Art. 16, do título III, que trata da Nomenclatura Oficial de Movimentos, dispendo:

*Para estabelecer a Nomenclatura Oficial de Movimentos, buscaram-se as raízes desportivas da Capoeira, tomando-se por base histórica os trabalhos deixados por Plácido de Abreu, Raul Pederneiras, Annibal Burlamaqui (Zuma), Coelho Neto, além de Inezil Penna Marinho, tendo como bases atuais, os referenciais obtidos pelos trabalhos de Me. Bimba (Manuel dos Reis Ferreira Pastinha), fundador do primeiro Centro Esportivo de Capoeira, entendendo, entretanto, como única a capoeira, porém considerando distintos os seus padrões de jogo, advindos do emprego dos padrões de ritmos do berimbau, em cada um dos legados que nos foram deixados como herança cultural, resgatando-se as nomenclaturas encontradas nas obras dos mesmos e que doravante serão padronizadas pela CBC no Brasil e pela FICA em âmbito internacional.*

E o parágrafo único desse artigo complementa:

*Em virtude de alguns movimentos serem apenas adaptações de outros ou, em alguns casos, derivações, ficou deliberado como Nomenclatura Oficial de Movimentos a proposta apresentada pela diretoria técnica da CBC, sob a responsabilidade do Me. Paulo César Almeida Prado (Puma), já difundida no livro “O trivial da Capoeira” da “Coleção Formar”, Volume I, da CBC Editora Araújo Gama, conforme tabela abaixo: (...)*

Observa-se aí que o fato de o regulamento definir que “doravante serão padronizados [os movimentos] pela CBC no Brasil e pela FICA em âmbito internacional”, toda a história pregressa passa a ser apenas um referencial, cabendo agora aos “homens da CBC” definir os padrões de conduta na disputa. Para isso, o mestre Puma deu o aval necessário. Para um resgate histórico, esse artigo pode nos dizer muito.

Portanto, consideramos ser importante fazer algumas observações passageiras sobre dois aspectos que julgamos relevantes. Primeiro, quanto à presença marcante do CONFEF na condução do processo e no texto do próprio regulamento (vide título VII). No nosso entendimento, há uma interferência excessiva, principalmente, quando trata

do formado em Educação Física. Por que é exigida a titulação acadêmica, ao lado do tempo de capoeira, como necessária para a vinculação a certos níveis? A crescente participação de profissionais especialistas é um fator interessante na constituição de um campo. Outro aspecto importante que deve ser registrado é o fato de o Registro Nacional Provisório ser muito mais uma exigência do CONFEF do que da própria CBC.

Mas esse e outros aspectos são questões que, certamente, farão parte dos caminhos que pretendemos ver aqui anunciados e discutidos, em outras oportunidades.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Aluizio de. O cortiço. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980
- BRASIL. Decreto n. 487, de 11 de outubro de 1890.
- LYRA FILHO, João. Introdução à sociologia dos desportos. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.
- MARINHO, Inezil P. A ginástica brasileira (resumo do projeto geral). Brasília, 1982.
- ELIAS, Norbert. A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.
- FALCÃO. José Luiz Cirqueira. O jogo da capoeira em jogo. In: RCBCE. Campinas, V. 27, n. 2, p. 59-74, janeiro 2006.
- REGULAMENTO INTERNACIONAL DE CAPOEIRA. 1999.